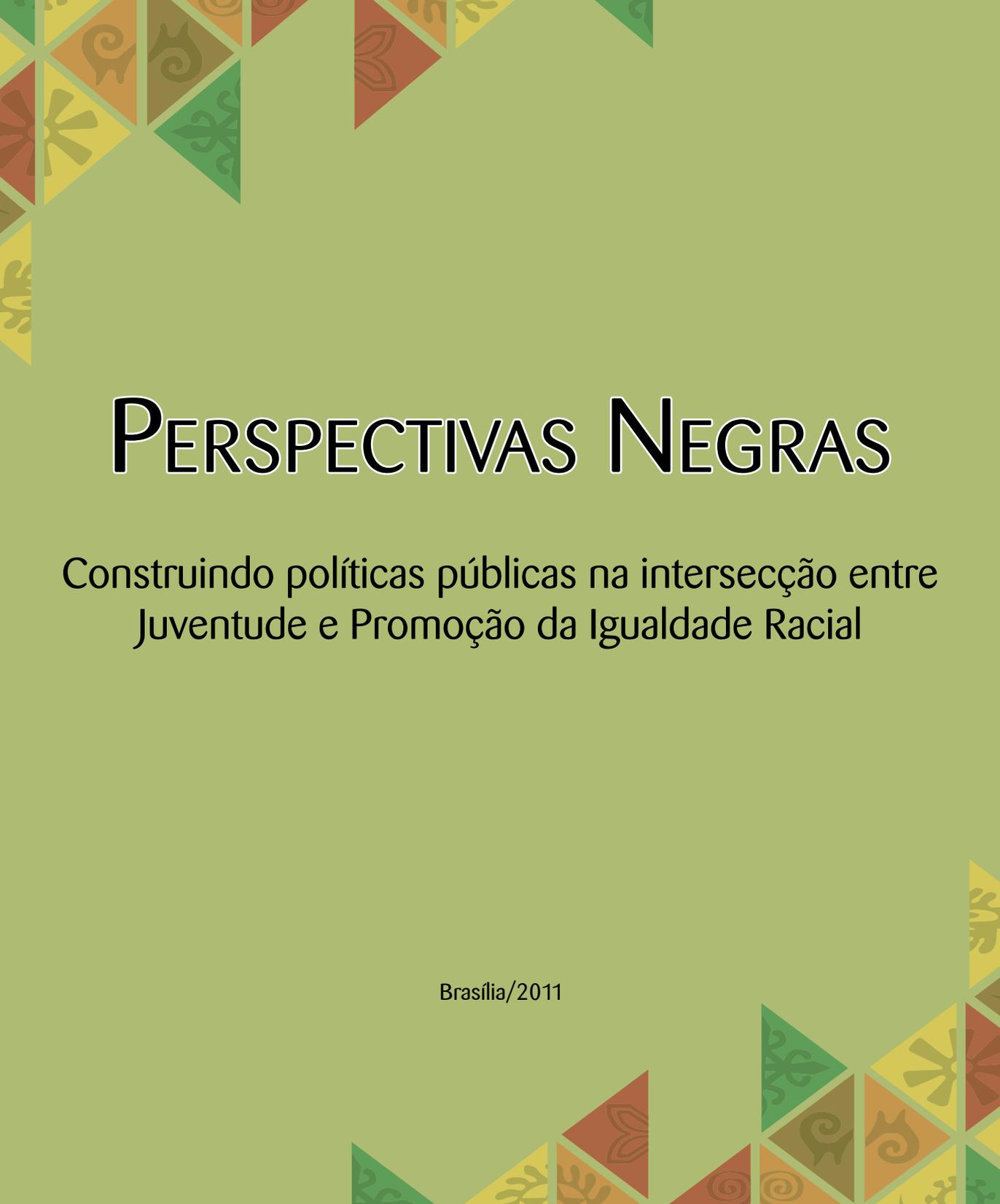


PERSPECTIVAS NEGRAS

Construindo políticas públicas na intersecção entre
Juventude e Promoção da Igualdade Racial

The cover features a light green background with decorative geometric patterns in the top-left and bottom-right corners. These patterns consist of overlapping triangles in shades of yellow, orange, red, and green, each containing a stylized, dark-colored symbol or motif.

PERSPECTIVAS NEGRAS

Construindo políticas públicas na intersecção entre
Juventude e Promoção da Igualdade Racial

Brasília/2011

Distribuição e Informação:

Presidência da República

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar

CEP.: 70.054-906 – Brasília – Distrito Federal

Telefone: 61 2025-7079

www.seppir.gov.br

<http://twitter.com/SEPPIR>

<http://facebook.com/seppir.presidencia>

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Vice-Presidente

Michel Temer

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiza Bairros

Coordenação:

SPAA - Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas - SEPPIR/PR

PERSPECTIVAS NEGRAS

Construindo políticas públicas na intersecção entre
Juventude e Promoção da Igualdade Racial

APRESENTAÇÃO

A Juventude Negra brasileira tem sua trajetória de vida marcada pela exclusão e pelas altas taxas de mortalidade. Suas oportunidades de educação, trabalho, acesso a cultura e ao lazer, assim como suas possibilidades de ascensão social são limitadas. As capacidades, os talentos e sonhos são tolhidos sistematicamente, não só pela repressão e violência física, como também pela violência simbólica, com as quais os jovens negros e negras se deparam cotidianamente.

Essa realidade se destaca, ainda que reconheçamos a recente ampliação e inovação nas políticas de proteção social, a criação de programas voltados especificamente para a juventude e ações de promoção da igualdade, a partir dos quais o Brasil tem se tornado referência. O ambiente apontado acima tem repercussões e consequências que devem ser enfrentados em todas as áreas, a partir de políticas públicas a serem desenvolvidas tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais e locais.

Temos obtido alguns avanços, com a implementação de políticas tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Projovem e suas vertentes, as ações afirmativas para o acesso ao ensino superior, entre outras. A população negra é público prioritário de iniciativas como o Programa Nacional de Qualificação-Planseq, o Bolsa Família, o Programa Universidade Para Todos. Foi instituído o Pronaf Jovem, há ações de incentivo a iniciação científica, bem como a ampliação das vagas no ensino superior e profissionalizante. As políticas de acesso a crédito e novas tecnologias bem como as de incentivo a inovação foram ampliadas. A juventude é objeto de preocupação na formulação de políticas culturais, de esporte, lazer, segurança pública e assim por diante. No plano do desenvolvimento econômico, superamos o desafio da estabilidade, o país cresce, a autoestima da população brasileira se elevou, especialmente entre a população negra, pois cada vez mais pessoas se declaram pretas e pardas, e entre estas a maioria é de jovens.



Para além disso, a Juventude Negra tem assumido papel cada vez mais relevante na cena política brasileira, demonstrando forte poder de mobilização e incidindo de maneira qualificada nos processos de formulação e monitoramento de políticas públicas. A capacidade criativa dos jovens negros e negras se expressa nos diversos “formatos” sócio-culturais que adotam para sua atuação política, dos quais podemos citar o movimento Hip Hop, os blocos afros, afoxés, coletivos de estudantes negros e cotistas, assim como uma presença cada vez maior em agremiações políticas tradicionais da juventude, tais como as entidades estudantis e os partidos políticos.

A Seppir, em seu processo recente de planejamento estratégico para o período 2012-2015, definiu como uma de suas principais diretrizes, o enfrentamento à mortalidade da juventude negra. Essa resolução norteou a participação da Seppir na elaboração do PPA e se expressa em diferentes aspectos do Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.

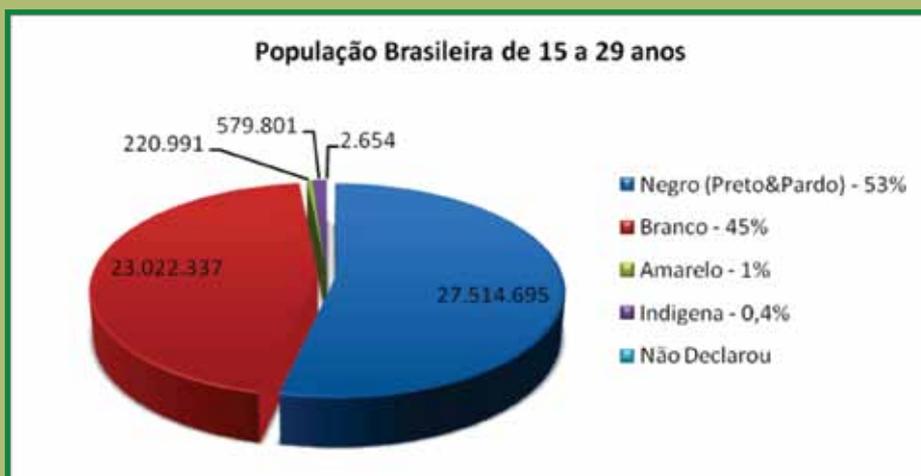
Com isso, pretendemos assegurar a necessária contribuição da SEPPIR para uma real mudança de vida dos quase 28 milhões de jovens negros e negras brasileiros.



A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL

O total da população jovem brasileira (homens e mulheres entre 15 e 29 anos) atualmente é de 51.340.478, o que corresponde a 26,9% do total da população do país. Dentro deste universo, 53,59% são negros (pretos e pardos), o que significa cerca de 27.514.695 de pessoas:

Gráfico 01



Houve um crescimento significativo do número de pessoas que se autodeclararam negras, sobretudo entre os jovens, fato que pode indicar, em alguma medida, efeito positivo das políticas desenvolvidas nos últimos anos. Entre essas políticas, destacam-se a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, em instituições de educação do nível fundamental até o nível superior, oportunizando assim a visibilização de referenciais positivos sobre o povo negro e a negritude.

Segundo dados do Censo 2010, 54% dos brasileiros(as) se declararam negros(as), ou seja, 96,7 milhões de pessoas; 91 milhões se declararam brancos. Cerca de 2 milhões de pessoas se classificaram como amarelas e 817,9 mil se declararam indígenas.

Por outro lado, com base nos dados de pesquisas recentes, pode-se constatar como o racismo impacta na configuração das condições de vida que hoje geram morte precoce para a juventude negra, a partir de lógicas de dominação política, social, material e intersubjetiva.

Dados do Relatório das Desigualdades Raciais 2009-2010 (RDR), publicado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais, situado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAESER/UFRJ) em 2011, demonstram que a esperança de vida ao nascer do conjunto da população brasileira, em 2008, era igual a 70,94 anos; da população masculina, era igual a 70,34 anos; e da população feminina, igual a 72,62 anos. Para a população de cor ou raça branca no seu conjunto, era correspondente a 73,13 anos. Sendo 72,39 anos, para os homens brancos e 74,57 anos para as mulheres brancas. A esperança de vida ao nascer para a população negra no mesmo período era de 67,03 anos. Sendo 66,74 anos, para os homens negros e 70,94 anos para as mulheres negras.

Considerando o modo de inserção precarizado no mercado de trabalho brasileiro (emprego sem carteira assinada, emprego doméstico, ocupação por conta própria, ocupação sem remuneração, entre outros), sobretudo as mulheres negras, tem menor acesso à Previdência Social.

No que se refere ao atendimento no sistema de saúde, ainda há um abismo entre a intenção legal de universalizar e a efetiva prática da universalização, de modo que as lacunas do sistema atingem com maior intensidade a população negra. Os dados apontam que, no ano de 2008, 12,0% dos negros que apresentavam quadro de saúde ruim ou muito ruim não haviam tido uma consulta médica nos últimos 12 meses. Entre os brancos, este percentual foi de 8,8%.

Outro dado importante é que 43,5% dos homens negros não haviam visitado um médico nos últimos 12 meses. Entre os brancos, este percentual foi de 38,6%. No contingente feminino, o percentual de não visita ao médico no último ano foi de 26,2% entre as negras e de 21,5% entre as brancas. Dentro de cada grupo de sexo, os negros tendem a buscar consulta médica em número menor que os brancos.



Dos negros que procuraram atendimento à saúde, 15,6% declararam terem considerado o serviço regular, ruim ou muito ruim, percentual que, entre os brancos, foi de 11,1%. A diferença no indicador de satisfação entre as mulheres negras (as mais insatisfeitas) e os homens brancos (os menos insatisfeitos), na casa de 5,2 pontos percentuais, chama atenção para a questão do racismo institucional e suscita a necessidade de reflexão e ação sobre as formas diferenciadas de tratamento oferecidas a negros e brancos nos estabelecimentos do sistema de saúde do país.

Em todas as macrorregiões do país, a população negra é a mais prejudicada no acesso e na qualidade do atendimento. A população negra corresponde a 58,4% das pessoas que não foram atendidas por não terem conseguido senha ou por excesso de demora no atendimento; 66,1% dos que não foram atendidos porque não havia médico ou dentista prestando atendimento; 66,3% dos que não foram atendidos por não haver profissional especializado ou porque o equipamento não estava funcionando.

No que se refere ao acesso à educação e ao sistema de ensino, o RDR mostra que, segundo os dados da PNAD 2008, cerca de 10% da população brasileira com mais de 15 anos era analfabeta. Neste grupo, a taxa de analfabetismo da população negra era, proporcionalmente, 118,4% superior a dos brancos, tendo significativo crescimento à medida que aumentava o número de anos de estudos concluídos. As assimetrias entre brancos e negros, em termos dos anos médios de estudos, chegam a 2,1 anos.

A probabilidade de um jovem negro morrer assassinado antes da idade adulta é 134 vezes maior que a de um jovem branco. Quando não morrem mais cedo e sobrevivem até a terceira idade, as pessoas negras gozam dos benefícios do sistema previdenciário por menos tempo que as brancas.

Fazendo a análise dos padrões de morbidade da população brasileira, o RDR demonstra grandes assimetrias entre brancos e negros, com maior incidência relativa de diversas morbidades sobre a população negra. O estudo revela que as doenças que expressam precárias condições de vida como dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose tegumentar americana, esquistossomose, sífilis congênita, sífilis em gestante e leishmaniose visceral, afetam em maior número a população negra.



A população negra nasce com menor expectativa de vida e maior probabilidade de morte prematura e/ou evitável. Estes dados explicitam formas de desigualdade racial que operam historicamente e no cotidiano, nos planos micro e macro, materializando condições de vida e morte para a população jovem negra brasileira.

Os dados sobre a juventude são alarmantes, pois demonstram que a vida da juventude negra brasileira esta fortemente marcada por privações materiais e de direitos que tem condenado grande parcela desta população a morte ou a subcidadania.

Segundo Estudo Global de Homicídios 2011, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2009, o Brasil teve o maior número de homicídios do mundo: foram 43.909 mortes. A Índia ficou em segundo lugar, com 40.752 mortes naquele ano, porém sua população é cinco vezes maior que a população brasileira.

Ainda segundo o Relatório das Desigualdades Raciais 2009-2010, durante os anos de 2006 e 2007, foram praticados 14.977 homicídios de pessoas brancas por ano; 1.248 por mês; 42 por dia; e 1,7 assassinatos por hora. Neste mesmo período foram assassinadas 29.871 pessoas negras por ano; 2.489 por mês; 83 por dia; 3,5 assassinatos por hora. Em 2007 a probabilidade de um homem negro ser assassinado era 104,5% maior que para um homem branco (mais que o dobro).

Em 2008, foram assassinadas no Brasil 32.349 pessoas negras. O índice de vitimização da juventude negra neste ano chegou a 127% e o número de jovens negros mortos foi 12.749. Numa análise comparativa, esse número é três vezes maior que o número de soldados norte-americanos mortos na guerra do Iraque.

O Mapa da Violência 2011 revela que, entre 2002 e 2008, em relação a População Total o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650 ou seja, caiu 22,3%. No mesmo período, entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2%. Com isso, a diferença do índice de mortalidade entre brancos e negros, que já existia em 2002, cresceu de forma drástica, chegando aos 43% entre os jovens de 15 a 25 anos. Assim, de 2002 à 2008 foram assassinados 4.582 jovens brancos e 12.749 jovens negros.



Morrem assassinados no Brasil proporcionalmente 134,2% mais jovens negros que brancos.

Tais dados apontam para a necessidade e a importância da implementação de ações afirmativas para a juventude negra nas diversas áreas de políticas públicas.

É importante evidenciar que as ações afirmativas têm múltipla importância e finalidade. Uma delas é possibilitar, com a presença negra em espaços historicamente inacessíveis a esse segmento, a reconfiguração dos discursos, das relações e dos próprios espaços.

Frente a estes dados, já não se pode mais confundir a problemática da discriminação racial e seus impactos com as questões relativas à desigualdade social. Não obstante, é possível e necessário entender as intersecções entre diferentes formas de opressão e a preponderância do racismo como gerador e mantenedor de desigualdades sociais e econômicas.

O grande desafio é garantir o acesso e o exercício sistemático dos direitos que historicamente vem sendo negados à juventude negra brasileira, entendendo a relação direta existente entre este processo de negação e violação de direitos, e as diferentes formas de expressão do racismo.



Contexto Mundial

Na história da humanidade, jamais tivemos um número tão grande de pessoas vivendo no planeta. Somos mais de 7 bilhões de habitantes, com diferentes níveis de acesso a bens e direitos.

Segundo a Divisão de Estudos da População e a Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU, 2011), desta população, 5% são ricos, 29% classe média e 66% pobres. As mulheres representam mais de 40% da mão-de-obra global, mas ainda assim formam a maior parcela dos pobres, dentre as quais as mulheres negras são as mais empobrecidas.

O impacto deste empobrecimento, em termos globais, corresponde a mortalidade feminina excessiva. A cada ano morrem cerca de 3,9 milhões de mulheres abaixo dos 60 anos de idade. Estas mortes poderiam ser evitadas se estas mulheres tivessem mais renda e melhores condições de vida e saúde.

Destaca-se que a população juvenil nunca foi tão grande na história da humanidade. O número expressivo de jovens no mundo hoje, chama a atenção, pois modifica a pirâmide etária do planeta, o que pode indicar mudanças em diversos aspectos ligados às condições de vida da população.

JUVENTUDE NEGRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora tenha alcançado maior visibilidade nos últimos anos, a luta da juventude negra por cidadania e acesso à direitos não é recente no país. Esta participação se verifica desde a construção dos primeiros quilombos, das irmandades, dos clubes negros e associações de capoeira, até a formação dos primeiros sindicatos e organizações comunitárias; jovens negros e negras se fizeram presentes na luta pró-creche, na luta contra a ditadura militar, no movimento de Diretas Já, na Constituinte, assim como na formação e consolidação de partidos de esquerda. Ainda que em vários momentos da história do país sua participação tenha sido invisibilizada no conjunto dos movimentos sociais, a juventude negra se fez presente em todos os processos de organização e luta do povo brasileiro.

Além de participar das formas tradicionais de organização política, a juventude negra tem protagonizado também a reinvenção de espaços, tempos e estratégias de luta, se posicionando frente a realidade também a partir de expressões artísticas e culturais, como as Irmandades e Clubes Negros, o Hip Hop, o Funk, os Blocos Afros e Afoxés, o Samba e o Rock.

As diversas expressões de violência física e psicológica cometidas contra esta parcela da população e o sofrimento psíquico e social que estas práticas geram vem sendo sistematicamente denunciados e combatidos pelos Movimentos Negros. Entretanto, somente a partir da década de 1990 este debate ganha intensidade e visibilidade no Brasil. Após a declaração do Ano Internacional da Juventude pela ONU, foram criados os primeiros conselhos de juventude, nos estados e municípios. Também nesse período se intensificaram as articulações entre poder público e organizações juvenis da sociedade civil, com vistas a construção e implementação de políticas públicas para esse segmento. Com a colaboração de universidades e também do setor privado, começaram a ser desenhadas o que hoje conhecemos como Políticas Públicas de Juventude.



A realização do I Encontro Nacional de Juventude Negra (I ENJUNE), em 2007, em Lauro de Freitas/BA, é um marco importante deste processo, pois coloca a questão racial e os sujeitos negros no centro do debate da temática de juventude, explicitando as desigualdades e opressões impostas a maior parcela da população brasileira.



PRINCIPAIS DEMANDAS DA JUVENTUDE NEGRA NA ATUALIDADE

Durante a I Conferencia Nacional de Juventude, a juventude negra organizada de todo o Brasil conquistou o apoio da maioria dos mais de 2.000 delegados e delegadas, dos diversos segmentos presentes, fazendo de suas principais bandeiras a “prioridade nº 1” da juventude brasileira e demandando do Estado as medidas necessárias para sua implementação:

“1- Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes.”

“2 - Responsabilizar o estado e implementar políticas específicas de extinção do genocídio cotidiano da juventude negra que se dá pelas políticas de segurança pública, ação das polícias (execução sumária dos jovens negros/as e tortura), do sistema prisional e a ineficácia das medidas sócio-educativas que violam os direitos humanos; e de saúde, que penaliza especialmente a jovem mulher negra.”

Diante do exposto, a elaboração e implementação de uma política nacional para o enfrentamento da mortalidade da juventude negra apresenta-se como uma prioridade imperativa e urgente.

É necessário definir metas diferenciadas, assegurar recursos orçamentários para as ações e garantir sua devida execução. Outro importante desafio é incorporar as políticas públicas desenvolvidas para a juventude negra a estrutura do Estado, ou seja, tornar estas políticas instrumentos de efetivação de direitos do povo e cumprimento do Estado, evitando assim a transitoriedade e descontinuidade, características das políticas de governo.



Recomendações do CONJUVE para a construção e implementação de políticas públicas para jovens:

- Priorizar a **erradicação do analfabetismo** e ampliar a permanência das mulheres jovens na educação formal inclusiva e não sexista, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, jovens com deficiência, e em conflito com a lei.
- Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das jovens, em especial as negras, no **mercado de trabalho**, procurando promover sua autonomia e considerando suas especificidades e diversidades.
- Garantir atendimento de **saúde** qualificado e humanizado para juventude negra, juventude com deficiência, indígena, LGBT, juventude de comunidades tradicionais e favelas, considerando as especificidades clínicas e sociais dos sujeitos e grupos juvenis historicamente marginalizados e estigmatizados, cujas restrições de acesso aos sistemas públicos acabam por reforçar vulnerabilidades.
- Criar uma padronização da abordagem policial a partir de um protocolo público para procedimento dos operadores de **segurança pública**, respeitando a condição juvenil, prioritariamente, jovens negros, LGBT, mulheres e jovens com deficiência.
- **Enfrentar todas as práticas de violência contra as jovens mulheres:** violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica, monitorando a implementação da Lei Maria da Penha e da notificação compulsória, garantindo a destinação de verbas para seu funcionamento, com ênfase para criação dos juizados especializados, acionando e executando os mecanismos de coibição e penalização da exploração sexual, do tráfico para a mercantilização do corpo das mulheres, garantindo também direitos humanos às jovens em situação de prisão. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).
- As delegacias, inclusive as Delegacias de Defesa da Mulher e os diversos equipamentos de saúde, devem estar preparados para o **atendimento de mulheres jovens**, especialmente quando estas são **vítimas de agressões** físicas, de violência sexual e/ou estão em processo de abortamento.

AÇÕES E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL VOLTADOS PARA A JUVENTUDE

Entre os diferentes setores e órgãos executores das políticas, precisamos avançar na superação do racismo institucional, e na consolidação de um entendimento comum a respeito das especificidades e urgências a serem consideradas quando se trata da intersecção entre raça e condição juvenil. Trabalhamos orientados pelo princípio da equidade, tratando os desiguais de forma diferente para construir a igualdade.

Emancipação, autonomia e cidadania são perspectivas fundamentais para o desenvolvimento integral da Juventude Negra, visto que são decisivas, não só para a construção dos projetos de vida destes jovens, mas também para a construção de um projeto de nação que respeita e valoriza a diversidade.

Há diversas ações, projetos e programas que, de algum modo, estão em contato com a Juventude Negra, mas vários destes ainda não expressam intencionalidade política de trabalhar tal perspectiva. Para que uma ação impacte efetivamente de modo transformador a vida da Juventude Negra, gerando cidadania, e não a reiteração de subalternidades, a dimensão racial precisa ser considerada e trabalhada enquanto eixo político estruturante. Para a superação das desigualdades geradas pelo racismo, são necessárias ações intencionais e propositivas.

Com o compromisso de colaborar na desconstrução de desigualdades históricas, diversos ministérios têm assumido conjuntamente a tarefa de construir estratégias para garantir o princípio da equidade sociorracial dentro de uma agenda de políticas públicas para “as juventudes”.

Uma leitura possível da inclusão da juventude na agenda política nacional pode ser feita através das políticas públicas desenvolvidas para este segmento. Mesmo com algumas ações já em curso, ainda precisaremos trabalhar muito para a configuração da transversalidade necessária para garantir a devida atenção às especificidades dos jovens negros, de modo a superar as desigualdades, garantir os direitos e ampliar as oportunidades.

Buscando provocar reflexões e diálogos produtivos entre os agentes do poder público, e destes com a sociedade civil, sobre as políticas desenvolvidas para a Juventude Negra, destacamos abaixo algumas das iniciativas em andamento:



Programa	Caracterização	Público	Órgãos e Instituições Responsáveis
EDUCAÇÃO			
Programa Universidade para Todos ProUni	Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em instituições privadas de educação superior, aos estudantes de baixa renda de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa recebem isenção de alguns tributos.	Jovens com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Programa Conexões de Saberes	Oferece a jovens universitários de origem popular a possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos científicos e intervir em seu território de origem. O programa possibilita o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa recebem apoio financeiro (bolsa de iniciação científica) e metodológico. Em contrapartida, desenvolvem atividades em diversos programas.	Estudantes universitários negros e/ou de origem popular	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)
Rede de Educação para a Diversidade (Rede)	Objetivos: disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da Diversidade no cotidiano das salas de aula. São ofertados cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada, ambiental e diversidade e cidadania.	Professores e jovens	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)
Projovem	O Projovem destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo. O Programa atua em 4 Modalidades: Projovem Urbano Projovem Campo – Saberes da Terra Projovem Adolescente Projovem Trabalhador	Jovens de 18 a 29 anos	SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	Tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos. Os destaques do Pronatec são: criação da Bolsa-Formação; criação do FIES Técnico; consolidação da Rede e-Tec Brasil; fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado; expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT).	Trabalhadores, estudantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)



CULTURA			
Pontos de Cultura	São unidades de produção, recepção e disseminação culturais com o objetivo de ampliar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais. Contempla o repasse de recursos para atividades e distribuição de kits de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição.	Comunidades das periferias das grandes cidades e de localidades rurais; Índigenas; Quilombolas.	MINISTÉRIO DA CULTURA / Secretaria de Cidadania Cultural
Prêmio Cultura Hip Hop	Concurso para premiar iniciativas de fortalecimento das expressões culturais do Movimento Hip Hop, contribuindo para sua continuidade e para o fomento de artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil, contemplando as macrorregiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).	Artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil	MINISTÉRIO DA CULTURA Secretarias da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e de Cidadania Cultural (SCC)
SEGURANÇA, CIDADANIA E JUSTIÇA			
Programa Esporte e Lazer da Cidade PELC/PRONASCI	Tem como objetivo a ampliação, democratização e universalização do acesso às práticas e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.	Jovens de 15 a 24 anos, em especial àqueles marcados por situações de violência.	MINISTÉRIO DO ESPORTE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória	Determina diretrizes para a atenção qualificada à saúde de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com privação de liberdade.	Adolescentes e jovens em conflito com a lei, na faixa etária de 12 a 24 anos, ou em cumprimento de medidas socioeducativas com privação de liberdade.	MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	Tem como objetivo a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, buscando assegurar a garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atua em duas linhas de ação: no atendimento aos ameaçados e às suas famílias e na prevenção, por meio de estudos e pesquisas e no apoio a projetos.	Crianças, adolescentes e familiares	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH)/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA)
Programa de Redução da Violência Letal (PRVL)	Objetivos: Sensibilizar e mobilizar a sociedade civil e o poder público nos âmbitos nacional e local; produzir indicadores visando à construção de um sistema de informações e monitoramento da letalidade de adolescentes e jovens; realizar diagnósticos envolvendo a articulação de redes locais e o protagonismo de adolescentes e jovens na formulação de uma agenda voltada para a prevenção e a redução de homicídios nas regiões selecionadas.	Adolescentes e jovens	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UNICEF
Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Política de intervenção integrada do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, de abrangência Nacional.	Crianças e adolescentes	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH)

AÇÕES DA SEPPIR EM PARCERIA COM OUTROS MINISTÉRIOS

Programa	Caracterização	Público	Órgãos e Instituições Responsáveis
Projeto A Cor da Cultura	É um projeto de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e de reconhecimento da história e da contribuição da população negra à sociedade brasileira. Tem por objetivo apoiar implementação da Lei 10.639/03, que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9.394/96, a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, oficiais e particulares, desenvolverem o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.	Professores, crianças, adolescentes e jovens	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Cultural Palmares PETROBRÁS CANAL FUTURA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO ARTISTA NEGRO (CEDAN)
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Linha Ações Afirmativas (PIBIC-AF)	Tem o objetivo de estimular a renovação acadêmica, a inserção de alunos cotistas na pesquisa científica e enfrentar a evasão desses alunos da universidade, por meio da distribuição de bolsas.	Alunos que ingressaram nas universidades públicas por meio do sistema de ações afirmativas	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Projeto Farol Oportunidade em Ação	Objetivo: ampliar, dar apoio e articular ações e práticas sociais voltadas aos adolescentes e jovens negros e em situação de alta vulnerabilidade social; adolescentes em conflito com a lei ou em cumprimento de medidas socioeducativas; adolescentes egressos do sistema socioeducativo e jovens egressos do sistema prisional, tendo em vista a ressocialização desse público-alvo.	Jovens negros de 15 a 24 anos	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



<p>Plano Setorial de Qualificação para Negros e Afrodescendentes (PLANSEQ/ Afrodescendente)</p>	<p>Esta iniciativa está inserida no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e tem como objetivo o desenvolvimento pessoal e a capacitação profissional de jovens e adultos negros e afro-descendentes, visando proporcionar melhores condições de inserção e reinserção no mercado de trabalho, bem como seu aperfeiçoamento. Além dos conteúdos específicos dos cursos, estão incluídos módulos de teoria e aplicação da CLT, teoria e aplicação dos princípios de segurança do trabalho e noções de cidadania.</p>	<p>Jovens e adultos negros</p>	<p>SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR) MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</p>
---	---	--------------------------------	---



Referências

Barros, G. S. (2008) - Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 2 - Edição 3 Jul/Ago 2008. Disponível em: <http://contraogenocidio.blogspot.com/2011/03/morte-de-jovens-negros-tem-cenario-de.html>

BID (2011) Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: igualdade de Gênero e Desenvolvimento.

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial.

Carone, J; Bento M.A.S, (2002) Psicologia social do racismo (pp. 25-57). Rio de Janeiro: Vozes.

Chauí, M. (2001). Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fund.Perseu Abramo, 103 p.

CONJUVE (2011). Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010 - Conselho Nacional de Juventude/ Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria Geral da Presidência da República

Gomes, N. L. (2002). Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Editora: Autêntica 2a Edição.

IBGE (2011) - Censo 2010 – www.ibge.gov.br
consultado no dia 18 de novembro de 2011 as 10:30

Mayorga, C., Ziller, J., Magalhães, M. S., & Silva, S. A. (2010). O problema que não tem nome. Sobre metodologias para estudo das desigualdades. In C. Mayorga (Org.), Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade (pp. 151-180). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ministério da Saúde (2010). Dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade/ Secretaria de Vigilância em Saúde/ Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS - 2010)

Moore, C. W. (2007) Racismo & Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo - MAZZA edições - Belo Horizonte 2007

Paixão, M. & Rossetto, I. & Montovanele, F. & Carvano, L. M. (orgs.) (2010). Relatório Anual das Desigualdades Racial no Brasil; 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. LAESER / IE / UFRJ. Editora Garamond Ltda.

Prado, M; Machado, F (2008) Preconceito, invisibilidades e manutenção das hierarquias sociais. In: Preconceito contra homossexualidades. São Paulo: Cortez.

Quijano A (2005) Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER E. (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. (pp. 227-278) Buenos Aires: CLACSO

UNODC. (2011). Estudo Global de Homicídios 2011. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Waiselfisz, J. J (2011). O Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil. Instituto Sangari & Ministério da Justiça

Sites consultados:

Dados sobre a guerra do Iraque

<http://www.vhfcn.org/stat.html>

<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4659095-EI308,00-Iraque+anos+de+guerra+deixam+mais+de+mil+civis+mortos.html>

Consultados no dia 18 de novembro de 2011 as 10:15

Dados sobre a população mundial

<http://www.7billionandme.org/> consultado no dia 19 de novembro de 2011 as 02:37

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_popula%C3%A7%C3%A3o#cite_note-0

Consultado no dia 19 de novembro de 2011 as 02:47

CIA (2011) - disponível em:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html?countryName=Vietnam&countryCode=vm®ionCode=eas&rank=14#vm>

Consultado no dia 19 de novembro de 2011 as 02:57.

ONU (2011) - Divisão de Estudos da População da ONU e Divisão de Estatísticas ONU

<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>

Consultado no dia 19 de novembro de 2011 as 02:57.



Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

